

## WEBJORNALISMO E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS: uma análise das notícias sobre a população LGBT no G1 Tocantins

WEBJOURNALISM AND SENSE CONSTRUCTION: an analysis of the news about the LGBT population in G1 Tocantins

WEBJORNALISMO Y CONSTRUCCIÓN DE SENTIDOS: un análisis de las noticias sobre la población LGBT en G1 Tocantins

### Alice Agnes Spíndola Mota Pinho

Doutora em antropologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE/IUL). Professora na Universidade Federal do Tocantins. [aliceagnes@uft.edu.br](mailto:aliceagnes@uft.edu.br).

 0000-0003-2634-8374

### Andréia Fernandes da Silva

Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins(UFT). [andreafernandes@gmail.com](mailto:andreafernandes@gmail.com).

 0000-0002-1161-0977

### Zeninho Luiz Gasparetto Neto

Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). [zgasparettoneto@gmail.com](mailto:zgasparettoneto@gmail.com).

 0000-0002-7160-9150

Correspondência: Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Palmas – Coordenação do curso de Jornalismo, Bala 1 – Avenida NS-15, Quadra 109, Norte, s/n - Plano Diretor Norte, 77001-090 - Palmas, TO – Brasil.

Recebido em: 17.06.2020.

Aceito em: 26.08.2020.

Publicado em: 01.10.2020.

### RESUMO:

O trabalho analisa a produção jornalística de notícias que abordam temas envolvendo a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). O Portal G1 Tocantins foi escolhido para ser o objeto de estudo deste trabalho coletando notícias do ano de 2017, considerado o ano com mais mortes de pessoas LGBTs comparado aos últimos três anos. Após submeter o corpus à análise de conteúdo e análise de sentimento, os resultados apontam que os meios de comunicação podem auxiliar na construção de sentidos, muitas vezes negativos, acerca da comunidade LGBT e que ainda é preciso avançar bastante na problematização perante as diferentes formas de discriminação e opressão da comunidade LGBT.

**PALAVRAS-CHAVES:** Webjornalismo; LGBT; Mídia.

### Introdução

O Brasil é um dos países que mais cometem crimes contra a população LGBT<sup>1</sup>, sendo responsável por 50% das mortes da população transexual no mundo. Segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB<sup>2</sup>), a cada 19 horas, uma pessoa é assassinada,

<sup>1</sup> Sigla que reúne lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, sujeitos políticos do movimento social que os representa, definida em convenção dos grupos e ONGs que compõem esse movimento na I Conferência Nacional GLBT, ocorrida em 2008. Entendemos que a adoção do termo LGBT não restringe novos sujeitos, novos reconhecimentos e novas organizações políticas de serem evidenciadas, bem como não nos cerceia na crítica à noção de uma universidade ou aos limites de um sistema de identidades sexuais ou de gênero.

<sup>2</sup> Organização não governamental voltada para a defesa dos homossexuais no Brasil. Fundada em 1980, trabalha há 38 anos coletando estatísticas sobre assassinatos de homossexuais e transgêneros no País.

vítima de LGBTfobia no país, totalizando 445 assassinatos por ano. Um aumento de 30% em relação ao ano de 2016, quando registraram-se 346 mortes. Esse alto índice faz com que o Brasil ocupe o topo no ranking de países que cometem mais crimes contra as minorias sexuais, a frente até de lugares onde ser homossexual leva a pena de morte, como em alguns países do Oriente e da África.

No contexto político, a discussão de pautas ligadas a esse segmento é de grande efervescência, mobilizando diversos setores da sociedade, seja na defesa dessas pautas ou na resistência às transformações propostas, e isso acaba refletindo também na produção jornalística. Temas como a igualdade de gênero ensinada nas escolas, a criminalização da homo-transfobia e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, trouxeram à tona disputas e discussões envolvendo vários segmentos da sociedade nas últimas três décadas.

Segundo Louro (2011), enquanto há um crescimento dos movimentos sociais que promovem um início de aceitação a pluralidade sexual e de gênero, os setores mais tradicionais da sociedade renovam suas pautas em busca da “conservação dos valores tradicionais”. Diante deste cenário, o jornalismo se torna um elemento importante no auxílio à construção dos sentidos e formação de cidadãos que contribuam com o crescimento da comunidade. A forma como os fenômenos são apresentados e contextualizados pelos jornalistas pode influenciar positivamente ou negativamente a opinião pública, influenciando também a manipulação ou promoção de atitudes, assim como a imagem desses fenômenos ou grupos.

De acordo com Hall *et. al.* (1999), o processo de contextualização das notícias faz parte de um “processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona” (p. 226). Os acontecimentos passam a ser interpretados a partir de enquadramentos e a representação de notícias na grande mídia, baseadas nessas situações, muitas vezes acabam reforçando ideias pré-concebidas na sociedade. Nesse sentido, o jornalista assume uma posição privilegiada na construção de discursos sociais, definindo quais acontecimentos “merecem” ser transmitidos ao público e de que forma eles serão interpretados.

Embora o conceito de agência esteja comumente atrelado à individualidades humanas ou intencionalidades, no que diz respeito à “capacidade de fazer

determinadas coisas” (Giddens, 1984, p. 16), a agencialidade também pode ser atribuída a atores sociais tais quais empresas capitalistas, organizações religiosas e partidos políticos, dentre outros. A agência manifesta a capacidade de influência e exige dos atores sociais a “ageração e uso ou manipulação de redes de relações sociais”, e estes “se comprometem ou são envolvidos nos debates acerca da atribuição de significados sociais” (Long & Ploeg, 2011, p. 40). A partir destes conceitos, é possível atribuir aos veículos de comunicação, no contexto das sociabilidades digitais promovidas pela internet, a qualidade de agentes que exercem poder e atuam como construtores da realidade social. No webjornalismo estes aspectos ficam mais evidentes, uma vez que a comunicação na internet tem como um dos seus pilares de sustentação a interatividade.

A partir da interatividade é possível medir o impacto que as notícias causam nas pessoas e também observar as sociabilidades digitais que se desdobram em torno delas. As reações variadas vão da revolta até ao compadecimento e isso reflete diretamente na opinião que a sociedade tem sobre determinados assuntos.

É importante ressaltar que a sociabilidade das relações humanas mediadas pelas tecnologias apresenta também uma característica diferenciada da convencional, o desenvolvimento do conflito como forma de sociação (Braga, 2011, p. 98) e isto fica evidente nas discussões originadas por webnotícias sobre grupos minoritários. Embora seja inegável a importância da discordância no debate, o que se observa muitas vezes no ambiente da internet é o uso da divergência e da liberdade de expressão como desculpas para a propagação de hostilidades e preconceitos.

A pesquisa aqui apresentada tem como objetivo analisar as notícias relacionadas à comunidade LGBT e seus comentários, para tal será utilizado como objeto de estudo no portal G1 Tocantins, considerado um dos mais acessados portais de notícia do estado, durante o ano de 2017, na tentativa de descobrir se os sentimentos expressados em tais comentários são um reflexo da agência do webjornalismo através da narrativa construída e noticiada, levando em consideração que a apuração precária e o enquadramento equivocado na cobertura de notícias envolvendo essa população tem consequências sociais graves e influenciam negativamente a opinião pública acerca dessa comunidade que sofre diariamente com o preconceito e a violência.

Neste contexto é justificada a escolha temática, pois é necessário refletir sobre a mídia, sua influência e os impactos de suas mensagens, considerando que “os sistemas simbólicos (desenvolvidos pela mídia) podem trazer no seu âmago as ideologia dos

grupos dominantes, podendo contribuir assim para reproduzir e legitimar relações de dominação e de exclusão social” (Acevedo & Nohara, 2008, p. 2).

A opção pelo Tocantins, no recorte da análise de dados, parte do fato de ser este o estado em que mais ocorrem mortes violentas de transexuais em todo o Brasil, sendo a capital Palmas a terceira cidade no ranking com mais ocorrência de crimes homofóbicos, segundo relatório do Grupo Gay da Bahia.

Para execução da pesquisa foi desenvolvida uma metodologia específica com ferramentas da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e da análise de sentimento em mídias sociais, conforme Oliveira (2015). Através da junção de técnicas dessas duas metodologias, realizou-se um estudo bibliográfico e documental do corpus, que buscou analisar aspectos da construção de sentidos, entre eles a identificação dos personagens, as estratégias argumentativas, a estruturação das narrativas, além de outros pontos como o uso do nome social, de artigos femininos ou masculinos, e seus comentários.

### **Grupos minoritários, representatividade e construção de sentidos**

A internet e as redes sociais possibilitaram às minorias no Brasil um novo espaço de visibilidade e atuação, apesar disso ainda são perceptíveis os problemas de representatividade e construção de sentidos em relação a estes grupos vulneráveis, principalmente na meios midiáticos dominantes. O conceito proposto por Georg Simmel no século XX apresenta a ideia de “sociação” como “a forma pela qual os indivíduos se agrupam” (1983, p. 166) e “sociabilidade” como a interação social gerada pelo prazer do processo e não pelos conteúdos em si. Em outras palavras, sociabilidade é o fenômeno pelo qual a sociações podem existir apenas “por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços” (p. 168). Neste processo por vezes forma e conteúdo se confundem, e a sociabilidade pode ser também um fim em si mesmo.

No ciberespaço, através de novas formas de sociabilidade digital, os indivíduos encontram a possibilidade se reunirem a partir de interesses e afinidades em comum o que possibilita mobilizações políticas e a divulgação de informações em larga escala. As novas formas de relação dispensam a interação imediata ou direta, permitindo que a mera concordância a respeito de um assunto ou o fortalecimento de uma opinião consolide-se em ambiente virtual como uma forma sociabilidade. Segundo Braga (2011, p. 101) “grupos de afinidade se formam por meio da interação escrita, tendo como padrão preponderante uma sociabilidade amena”.

Mesmo com a consolidação do ciberespaço como ambiente de enfrentamento e reivindicação de representatividade para grupos minoritários, diversos estereótipos e impressões generalizadas ainda são compartilhados pela mídia, que dessa forma torna-se agente, propagadora e mediadora da construção de diversos sentidos preconceituosos.

O conceito de minoria é de complexa definição, para fins de análise, neste trabalho serão considerados “todo grupo social que tem suas perspectivas e vozes marginalizadas pelas estruturas de poder e pelos sistemas de significação dominantes numa sociedade ou cultura” (Edgar & Sedwick, 2003, p. 213-4).

São percebidos como minoria os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, ambientalistas, etc (Sodré, 2009, p. 11). É um erro comum a associação de minorias ao aspecto numérico reduzidos, mas o termo não diz respeito exclusivamente à perspectiva quantitativa, pois um grupo minoritário pode representar parte da população, como acontece no Brasil, onde 54% (PNAD, 2016) da população constituinte se autodeclara negra.

Considerando as vulnerabilidades destes grupos e seus limitados espaços de fala e intervenção, observa-se que os conteúdos jornalísticos encarregados de provocar a problematização e abordagem das principais pautas destes grupos de maneira ética, ainda são insuficientes diante da demanda. Conseqüentemente, pessoas que fazem parte de grupos minoritários são muitas vezes representados pela mídia em coberturas marcadas por estereótipos.

Para Freire Filho (2004, p. 47), “os meios de comunicação de massa são responsáveis pela difusão e legitimação dos rótulos, colaborando decisivamente, deste modo, para a disseminação de preconceitos acerca das minorias”. Dessa forma, a mídia exerce influência na construção dos pensamentos que operam no exercício do poder sobre o outro, construindo verdades que circulam na sociedade, na tentativa de impor um sentido de organização ao mundo social.

A consequência da veiculação de ideias generalistas a produtos e/ou comportamentos pelos meios de comunicação de massa é a disseminação de valores sociais e culturais, que são adotados muitas vezes pelos indivíduos e contribuem para a criação e reprodução de estereótipos e ideologias (Oliveira & Moreira, 2013).

A forma como as notícias são enquadradas, muitas vezes sob a ótica do grotesco e da violência, contribui ainda mais para a formação de estereótipos sociais acerca das periferias e grupos que vivem nelas. Isso porque ao abordar as comunidades periféricas de maneira unidirecional, reproduzindo o discurso dominante para a subalternização

do cidadão, a mídia com frequência não oferece espaço para a visibilização das interfaces de comunidades em constante estado de transformação, produzindo a espetacularização da notícia e a desinformação.

O jornalismo atua como um instrumento construtor da realidade cotidiana, atuando entre o simbólico e o real, pode interferir na construção de sentidos cotidianamente e na realidade de grupos minoritários e vulneráveis. De acordo com Martins (2007), ao abandonarmos a ideia tradicional de que o papel da imprensa é só informar, percebemos que a mesma não só veicula como também produz sentidos aos acontecimentos. “Os profissionais da imprensa [...] atribuem e reelaboram significados, apresentam-nos de uma certa posição e perspectiva e dirigem-se mais a algumas pessoas do que a outras” (Martins, 2007, p. 29) Dessa forma, a imprensa faz o trabalho de construção da realidade e com isso, está passível de sofrer influência de fatores de ordem ideológica.

O discurso da imprensa não favorece os grupos étnicos minoritários, antes ele opera, contribuindo, a seu modo, para o fortalecimento e a reprodução do racismo, na medida em que exclui ou minimiza a visibilidade desses grupos na cena pública, não prioriza questões de interesse dessas minorias ou vincula-os sistematicamente à falta de instrução, à pobreza, à violência, à perturbação da ordem etc. Sendo a mídia em geral e a imprensa em particular uma arena de luta política de primeira grandeza, as minorias estão em desvantagem no processo de participação política (Martins, 2007, p. 30).

A falta de representações de minorias por parte da imprensa às vezes sequer é percebida pelo público. Os mínimos espaços concedidos a esses grupos transmitem uma falsa ideia de inexistência de discriminação por parte das empresas jornalísticas, entretanto, em algumas situações até a tentativa de dar visibilidade aos grupos minoritários, resulta na propagação de preconceitos. Um exemplo disso são os discursos apresentados pelos meios de comunicação de massa, que têm como objetivo a exaltação à tolerância para com as pessoas LGBTs ou que tentam disseminar valores para essa população, sob a visão heteronormativa, e tendem a causar efeito contrário, reduzindo a concepção da diversidade sexual e muitas vezes ajudando a reproduzir ou perpetuar preconceitos. “Entendemos que a representação midiática das LGBT não é necessariamente positiva quando há visibilidade da identidade de gênero ou da orientação sexual” (Gonçalves, 2017. p. 34).

Nestas situações, o jornalismo enquanto serviço público que presta esclarecimentos aos cidadãos, falha no desempenho de sua função social que é

informar e conscientizar a sociedade sobre a realidade em que ela vive, para que a mesma seja capaz de refletir e melhorá-la.

### **Webjornalismo e minorias LGBTs no Tocantins**

Criado em 5 de outubro de 1988, o Tocantins, que antes pertencia à região norte de Goiás e agora mais novo estado da federação, surgiu com o objetivo de pôr fim ao cenário de abandono e más condições econômicas e sociais vividas pela população local, conforme foi descrito por muitos viajantes que passaram pela região nas primeiras décadas do século XIX (Palacin & Moraes, 1989, p. 46).

Dentro desse contexto, o estado mais jovem do país é constituído, e por apresentar uma cultura miscigenada, tende a ser caracterizado por ter uma identidade local frágil e de pouca autenticidade que são refletidas no jornalismo local. “O Tocantins, por ser um estado relativamente jovem, ainda não é considerado um importante produtor de informação, além de ter a sua identidade cultural ainda contestada”, (Souza & Rocha, 2016, p. 5). Segundo Peruzzo (2005) o jornalismo local é aquele que trabalha explorando as informações de proximidade. Para a autora, o meio de comunicação local tem a chance de apresentar melhor a realidade de determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, etc.

Apesar de sua importância e de seu potencial para a construção da realidade social, contribuindo com divulgação de temas de interesse das pessoas que vivem a realidade daquela região, a imprensa local ainda sofre com distorções de origem políticas e econômicas. “É comum a existência de tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos de donos da mídia” (Peruzzo, 2005 p. 12).

Um grande obstáculo enfrentado pelas mídias locais, ainda de acordo com a autora (2005, p. 4), é a forma como os veículos de comunicação se desenvolveram com o tempo. As emissoras de televisão, por exemplo, por ter seu começo nos grandes centros e depois sua expansão em forma de afiliadas, tendem a priorizar o conteúdo produzido pela emissora principal, destinando pouco tempo à programação local, que tem que se encaixar nos padrões da matriz.

Outro desafio que a imprensa tocantinense enfrenta é a falta de sustentabilidade econômica. Ao analisar o cenário, Rocha, Soares e Araújo (2014, p. 74) concluíram que apesar do relevante número de veículos de massa, a mídia local encontra-se distribuída entre poucos grupos empresariais ou famílias. Em sua grande maioria, os veículos de

que se mantêm vivos são os que estão ligados a grandes grupos de poder que controlam a mídia do estado. Isso acaba padronizando a produção de um conteúdo que não abrange a diversidade regional.

Segundo Rocha e Souza (2017), o Jornal do Tocantins é considerado o mais antigo do estado, fundado em 1979 em Araguaína e lançou sua versão virtual em 2000. Em janeiro de 2019 passou a ter apenas a versão virtual. O G1 Tocantins teve sua fundação em 2006 já com cobertura de eleições. O portal G1 nacional é um dos maiores do país e conta com cerca de 24, 1 milhões de acessos mensais, por conta deste dado e do alcance do portal G1 Tocantins, que tem cobertura nas principais cidades do estado, se faz necessário compreender como as notícias sobre a comunidade LGBT são retratadas.

No Portal G1, objeto deste estudo, os internautas têm a oportunidade de enviar seus comentários a respeito de cada uma das notícias. Os comentários são publicados e ficam em formato de lista no fim da matéria e são organizados conforme a ordem de envio. É importante salientar que nem todas as matérias têm espaço para comentários.

No webjornalismo a forma de construir as informações mudou muito em relação ao que até então era praticado pelo jornalismo tradicional. O público consumidor de informação assumiu participação ativa e crítica, o que resultou na adaptação da produção jornalística com o intuito de maior alcance e abrangência diante de demandas cada vez mais específicas. As redes sociais possibilitam aos jornalistas o mapeamento de quais são os assuntos que mais interessam os espectadores e fazer uma interação direta. A interação direta é medida pela capacidade potencial de uma mídia de permitir que o usuário exerça influência sobre o conteúdo e/ou sobre a forma da comunicação mediada.

A pressão por notícias populares em um curto espaço de tempo muitas vezes resulta em equívocos quanto ao enquadramento, principalmente no que diz respeito a assuntos que envolvem grupos minoritários. Uma gama de crimes contra mulheres e LGBTs são negligenciados ao não serem investigados e meramente tratados como assassinatos comuns, ao invés de descritos como casos de feminicídio e homotransfobia. No que tange às pessoas travestis e transexuais, é comum ver nas notícias o desrespeito ao gênero, utilizando o pronome de tratamento incorreto e ou trazendo o nome de nascimento no corpo da matéria.

Nesse contexto, o movimento LGBT, ao perceber a importância e influência que os meios de comunicação exercem sobre a opinião pública, começou a trabalhar na mobilização de profissionais da comunicação, na tentativa de desmistificar a



homossexualidade e suas variantes e também reivindicar uma postura mais respeitosa e ética dos veículos de comunicação para com a população LGBT. De um modo geral, como denunciado em diversos dossiês publicados pelo GGB, a mídia sempre associava a pessoa homossexual à doença, ao atentado ao pudor, uso de drogas, prostituição e furto. No caso das travestis, a narrativa jornalística empregada as tratavam de maneira jocosa e marginal.

Em um estudo sobre as representações T na mídia tocantinense, Lopes (2017) observa que, mesmo quando se tenta trazer uma visão mais humana de personagens da comunidade T, o jornalismo tocantinense ainda comete erros pois “vive à sombra de conceitos obsoletos, padrões facilmente questionados, já que suas matérias frisam, ressaltam e evidenciam uma imagem distorcida de travestis” (Lopes, 2017. p. 56).

A mídia, através de sua atuação de agencia, pode tanto legitimar quanto silenciar grupos sociais. Dessa forma, as representações da população LGBT criadas a partir do discurso jornalístico tendem a regular e ou fortalecer o processo de marginalização dessa minoria na sociedade, retirando-os do direito de exercício da cidadania e colaborando com o aumento da homofobia.

Nesse sentido, faz-se necessária uma reflexão sobre o jornalismo e seu papel social, principalmente no que diz respeito à representação de grupos minoritários. A colaboração do discurso jornalístico na reprodução das formas de dominação social deve ser analisada, bem como o seu potencial como espaço de afirmação de pluralidades e de resistência.

### **Metodologia**

A metodologia do trabalho foi desenvolvida a partir da junção de ferramentas da análise de conteúdo e da análise de sentimentos. Esta abordagem especificamente elaborada para este estudo tem como objetivo verificar se os sentimentos expressados nos comentários das notícias são reflexo da forma como a narrativa da mesma foi construída e trazida à público. Para isso, a pesquisa foi desenvolvida tendo como objeto de estudo as notícias envolvendo a população LGBT no portal G1 Tocantins durante o ano de 2017.

O recorte foi escolhido levando em consideração que, de acordo com o balanço realizado pelo GGB, houve crescimento de casos de violência contra a população LGBT em 2017, totalizando 445 mortes, o que representa uma vítima a cada 19 horas. Esses dados apontam um aumento de 30% em relação a 2016, onde foram registrados 343 casos. A escolha pelo ano de 2017 se faz necessária pois ele é sem dúvida o mais

violento em relação aos anos anteriores e seguintes. Em 2018 houve redução no número de casos, totalizando 420, e em 2019 houve uma redução ainda mais significativa, chegando a 329 casos apurados.

A escolha de analisar um veículo de comunicação tocantinense se fez necessária ao perceber que o estado é apontado como, ainda de acordo com dados do GGB, o estado que mais mata transexuais em todo o Brasil e Palmas ocupar o terceiro lugar no ranking de cidades com mais ocorrência de crimes homofóbicos.

O corpus foi analisado através da perspectiva de dois métodos: análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e análise de sentimento em mídias sociais, conforme Oliveira (2015). O primeiro é um método de análise quali-quantitativo e é caracterizado pelo estudo “tanto dos conteúdos nas figuras de linguagem, reticências, entrelinhas, quanto dos manifestos” (Campos, 2004 apud Rodrigues, 1999), para compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagem levados em consideração. O segundo método é “uma técnica automatizada de descoberta de conhecimento, a partir da mineração de dados textuais, que tem o objetivo de identificar a opinião das pessoas sobre temas específicos” (Oliveira, 2015 apud Di Caro & Grella, 2013; Mostafa, 2013).

Espera-se obter uma análise do webjornalismo tocantinense e permitir a reflexão sobre a prática jornalística regional em relação às temáticas LGBT, bem como sobre a construção de sentidos nesse contexto. O método de análise de conteúdo tem como ênfase a produção jornalística, já a mineração de dados busca avaliar o consumo da informação e a relação entre a postura do público e a abordagem da notícia.

### **Análise de conteúdo**

A ferramenta de análise proposta por Bardin (2011) apresenta três etapas fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e interpretação. Embora o método não seja utilizado integralmente neste trabalho, suas ferramentas oferecem suporte para a sistematização, exploração e análise das informações obtidas.

Neste trabalho, a primeira etapa da Análise de Conteúdo (AC) consistiu na coleta e organização de informações referentes às publicações das notícias no portal G1 Tocantins e seus comentários. A pesquisa das notícias se deu a partir da busca através do Google utilizando palavras-chave como “LGBT”, “gay”, “transexual”, “travesti” e “lésbica”. A filtragem ficou por conta do ano determinado no recorte, sendo todas as

notícias e comentários publicados durante o ano de 2017. No total foram submetidas à análise 10 matérias e 163 comentários.

Na segunda etapa as notícias e comentários foram analisados e organizados em uma tabela levando em consideração 5 categorias de análise: título, subtítulo, data de publicação e comentários.

**Título:** é a partir do título que o leitor vai saber se a matéria lhe interessa ou não. Por ocupar posição de destaque na notícia, Burnett (1991, p. 43) considera o título o elemento mais importante da notícia porque “sem um título atraente o leitor não chega sequer ao lead”;

**Subtítulo:** este reforça o que está contido no título. Seu intuito é chamar ainda mais atenção para o que vem mais adiante, acrescentando algo a mais às informações reveladas previamente;

**Data de publicação:** a partir da data de publicação é possível identificar a frequência com que as notícias foram publicadas e identificar a presença de valores-notícia, como atualidade, por exemplo;

**Abordagem:** agrupa os erros cometidos nas notícias ou deslizes éticos na abordagem da temática LGBT, como por exemplo, o desrespeito à identidade de gênero do personagem;

**Comentários:** demonstra a interatividade a partir da quantidade de comentários registrados, uma vez que estes configuram um espaço deliberativo importante. além de dar maior visibilidade à notícia (Canavilhas, 2001). Dessa forma, os debates têm maiores chances de serem expandidos, ganhando outras arenas discursivas ou mídias de massa.

A categorização se fez necessária pois, de acordo com Lawrence Bardin

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (Bardin, 1977, p. 117).

Ao identificar o que pertence a sua respectiva categoria, a tabela foi organizada de modo que ficou assim ao final:

**Tabela 1** Notícias sobre LGBTs organizadas sequencialmente por data de publicação.

Data de publicação	Comentários	Título	Subtítulo	Abordagem
05/01/2017	5	"Suspeitos de agredir travesti com pauladas são identificados pela polícia" <sup>3</sup>	Homens ainda não foram levados para prestar depoimento. Eles respondem a inquérito por lesão corporal grave, disse SSP.	Traz o nome de batismo da vítima; Uso de pronomes e artigos masculinos;
15/03/2017	66	"Transexual ganha na Justiça direito de retirar os seios por plano de saúde" <sup>4</sup>	Plano negava cirurgia, mas agora tem 5 dias para autorizar procedimento. Transexual também busca na Justiça direito de mudar o nome.	
12/04/2017	0	"Polícia investiga morte de travesti espancada em Araguaína" <sup>5</sup>	Vítima foi agredida e passou quatro dias internada no Hospital Regional de Araguaína. Testemunhas contaram ter visto Vitória Castro na companhia de outra travesti antes da agressão.	
02/06/2017	5	"Funcionário chamado de	Empresa recorreu da decisão, mas o	

<sup>3</sup> Notícia 1 (N1) disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2017/01/suspeitos-de-agredir-travesti-com-pauladas-sao-identificados-pela-policia.html>> Acesso em: 13/05/2018.

<sup>4</sup> Notícia 2 (N2) disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2017/03/transexual-ganha-na-justica-direito-de-retirar-os-seios-por-plano-de-saude.html>> Acesso em: 13/05/2018.

<sup>5</sup> Notícia 3 (N3) disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/policia-investiga-morte-de-travesti-espancada-em-araguaina.ghtml>> Acesso em: 13/05/2018.

		'gayzinho' por chefe ganha indenização por danos morais" <sup>6</sup>	Tribunal Regional do Trabalho manteve a decisão. Funcionário deve receber R\$ 5 mil de indenização do empregador em Gurupi, no sul do estado.	
04/08/2017	3	"Semana da Diversidade Sexual terá Parada Gay e show com a banda Babado Novo" <sup>7</sup>	Evento tem o tema 'Nós também somos família' e será no próximo domingo (6), na praia da Graciosa. Orientações jurídicas e testes rápidos de DSTs serão realizados no local.	Parada gay
06/08/2017	6	"Com show de Babado Novo, parada Gay movimentou praia da Graciosa em Palmas" <sup>8</sup>	Um palco foi montado em um dos estacionamentos da praia, onde foram realizadas performances. Evento este ano não teve caminhada para	Parada gay

<sup>6</sup> Notícia 4 (N4) disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/funcionario-chamado-de-gayzinho-por-chefe-ganha-indenizacao-por-danos-morais.ghtml>> Acesso em: 13/05/2018.

<sup>7</sup> Notícia 5 (N5) disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/semana-da-diversidade-sexual-tera-parada-gay-e-show-com-a-banda-babado-novo.ghtml>> Acesso em: 13/05/2018.

<sup>8</sup> Notícia 6 (N6) disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/com-show-de-babado-novo-parada-gay-movimentou-praia-da-graciosa-em-palmas.ghtml>> Acesso em: 13/05/2018.

			garantir acessibilidade às pessoas com deficiência.	
24/08/2017	63	“Agora posso viver como qualquer pessoa’, diz trans após conseguir mudar de nome” <sup>9</sup>	Essa é a primeira decisão no estado que possibilita mudança de nome feminino para um masculino. Conquista proporciona cidadania e encoraja outros transexuais a buscar o mesmo direito.	Traz o nome de batismo
20/10/2017	0	“Travesti é morta a tiros em avenida no sul do estado” <sup>10</sup>	Crime aconteceu na avenida Goiás, em Gurupi. Travesti conhecida como Nathália foi atingida por quatro tiros.	
20/10/2017	15	“Vídeo mostra momento em que travesti é assassinada com quatro tiros” <sup>11</sup>	Josildo Costa dos Santos, 27 anos aparece nas imagens correndo; ele cai após ser atingido pelos disparos. Até o momento ninguém	Traz o nome de batismo Uso de pronomes no masculino

<sup>9</sup> Notícia 7 (N7) disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/agora-posso-viver-como-qualquer-pessoa-diz-trans-apos-conseguir-mudar-de-nome.ghtml>> Acesso em: 13/05/2018.

<sup>10</sup> Notícia 8 (N8) disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/travesti-e-morta-a-tiros-em-avenida-no-sul-do-estado.ghtml>> Acesso em: 13/05/2018.

<sup>11</sup> Notícia 9 (N9) disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/video-mostra-momento-em-que-travesti-e-assassinada-com-quatro-tiros.ghtml>> Acesso em: 13/05/2018.

			foi preso.	
16/12/2017	0	"Travesti é assassinada a tiros no sul do Tocantins" <sup>12</sup>	Segundo a Polícia Militar (PM), crime foi na Vila Pedroso, em Gurupi, no sul do estado. A vítima trabalhava como cabeleireira.	Traz o nome de batismo

**Fonte:** elaborada pelos autores com base em dados disponíveis no Portal G1

**Nota:** dados trabalhados pelos autores.

Ao analisar os títulos das matérias é possível perceber que a maioria das publicações estão relacionadas a temática da violência, geralmente informando sobre crimes cometidos contra a população LGBT. Das 10 matérias publicadas durante o ano de 2017, 6 delas envolvem denúncias ou mortes. Nesse sentido, vale ressaltar que em 5 delas as vítimas foram travestis, o que corresponde à realidade do estado do Tocantins, um dos que registra mais mortes por assassinatos de travestis e transexuais no Brasil. É válido também destacar que em nenhuma dessas notícias foi considerado LGBTfobia o principal indicador da violência. Os crimes foram enquadrados como homicídios.

Ao constatar a violência como principal critério de noticiabilidade para a publicação das notícias sobre a população LGBT, faz-se necessária a reflexão sobre a marginalização desse grupo minoritário e associação do mesmo à tragédia e eventualmente à sua espetacularização. Por evidenciar apenas a violência na maioria das notícias sobre LGBTs, o jornalismo abre espaço para o público associar aspectos negativos a este grupo minoritário, fomentando, mesmo que não intencionalmente, diversas formas de preconceito. Além disso, o simples enquadramento dos crimes

<sup>12</sup> Notícia 10 (N10) disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/travesti-e-assassinada-a-tiros-no-sul-do-tocantins.ghtml>> Acesso em: 13/05/2018.

como homicídio comum é um dos entraves encontrados no combate à violência de gênero e LGBTfobia.

Nesse sentido, o jornalista precisa estar atento aos critérios e detalhes na hora de apurar o ocorrido. Segundo orientação do Guia Mídia e Direitos Humanos (2014) desenvolvido pelo Intevozes em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, "é aconselhável, levantar dados sobre a ocorrência de outros crimes com as mesmas características e situar a ocorrência num contexto mais amplo" (p. 42).

Em relação aos subtítulos observa-se a ênfase nos aspectos trágicos e dramáticos do texto, reforçado na maioria dos casos aquilo que é perceptível nos títulos, a constante associação das temáticas LGBT às pautas de violência. Dos 10 subtítulos analisados, 5 estão relacionados à violência. Essa constatação não ignora a função social do jornalismo e o exercício ético e de cidadania presente na denúncia e divulgação das informações sobre crimes cometidos contra esse grupo minoritário, entretanto o diminuto número de notícias com outras temáticas evidencia a pouca representatividade da comunidade LGBT nas pautas jornalísticas.

Ao organizar e analisar as datas de publicação foi possível constatar que a mídia busca pautar os assuntos referentes à comunidade LGBT no período em que esse grupo está em maior evidência, geralmente no mês em que é realizada a programação da Parada do Orgulho LGBT. Em 2017, a celebração aconteceu em agosto na capital do estado, o que na análise é exemplificado pela publicação de 3 notícias. Com isso, é possível observar a utilização de critérios de noticiabilidade associados à atualidade e notoriedade discutidos por Traquina (2001) e Wolf (2003) na seleção dessas notícias. Para Traquina (2001) os critérios de noticiabilidade existem para que as informações prendam a atenção do público e mantenham o interesse comercial.

Os critérios de noticiabilidade, as características tecnológicas de cada meio noticioso, a logística da produção jornalística, retraimentos orçamentais, inibições legais, a disponibilidade da informação das fontes, a necessidade de contar 'estórias', de modo inteligível e interessante, a um determinado público, a necessidade de empacotar a notícia de um modo que seja compatível com o imperativo comercial de vender as audiências aos anunciantes, e as formas de aparência dos acontecimentos sociais e políticos (Traquina, 2001, p. 30).

Para Wolf (2003) os critérios de noticiabilidade são cruciais para a construção de uma notícia, de fato, relevante.



A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo que não é correspondente a esses requisitos é excluído, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional (Wolf, 2003, p. 83).

É necessário considerar que apesar dos critérios de noticiabilidades serem parte inerente da rotina de construção das notícias, no caso das informações veiculadas sobre a comunidade LGBT e outras minorias, é sabido a necessidade de construir notícias que contribuam para o reconhecimento dessa comunidade e não apenas fatos sensacionalistas. É importante destacar, também, que o reconhecimento proporcionado pelas notícias sobre as celebrações da comunidade LGBT muitas vezes depende do tratamento dado pelo jornalista, do contrário corre o risco dessas notícias se tornarem apenas algo semelhante à menção de uma data comemorativa de um pequeno grupo.

Em relação à abordagem e tratamento ético dado às notícias, observa-se que mais da metade das matérias trazem erros sérios (6 dentre 10). Em 4 delas, o repórter traz a público o nome civil da vítima. De acordo com o Manual de Comunicação LGBTI+ desenvolvido pela rede GayLatino e Aliança Nacional LGBTI (2018) e endossado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), tratar uma pessoa transexual ou travesti pelo nome civil causa constrangimento e exposição ao ridículo, uma vez que esse nome não representa a pessoa natural. “É importante, nas matérias jornalísticas, respeitar o nome social da pessoa, evitando publicar o nome de registro dela” (p. 49). Em uma delas o nome é trazido no subtítulo, posição considerada um dos lugares de destaque da notícia e que tem como objetivo chamar ainda mais a atenção.

Outro problema recorrente, ainda no que se diz respeito à identidade de gênero, é a forma de se referir às vítimas nas notícias. Em 2 delas, em que as vítimas são travestis, faz-se o uso de pronomes e artigos masculinos, desrespeitando a sua identidade de gênero. Ainda de acordo com o manual, “utiliza-se o artigo definido feminino ‘A’ para falar da Travesti [...]. É incorreto usar o artigo masculino, por exemplo, ‘O’ travesti Maria, pois está se referindo a uma pessoa do gênero feminino” (p. 66).

Para além do desrespeito à identidade de gênero, 2 notícias trazem o termo “Parada Gay” em seus títulos, o que, segundo orientação do manual (p. 60) também é incorreto pois “O termo correto é Parada LGBTI+, pois o evento é de comemoração da comunidade LGBT. A expressão Parada Gay não contempla o conjunto das pessoas que

organizam e participam do evento, o qual é justamente uma manifestação da diversidade”. Nesse sentido é importante evidenciar o que afirmam Leal e Carvalho (2009, p. 9), que existe “uma dimensão fundamental na relação jornalismo/homofobia, que se apresenta como uma instância decisiva de mediação dos saberes e discursos sociais, pois os interpreta, hierarquiza e organiza”, por essa razão, o simples uso de uma nomenclatura de forma equivocada pode reforçar a construção de percepções igualmente incorretas e prejudicar a população LGBT.

Ainda sobre o termo “Parada Gay” o Manual de Comunicação LGBTI+ reforça que “da mesma forma, concentrar a cobertura dos meios de comunicação em determinados estereótipos, por exemplo, passa uma imagem distorcida em relação ao evento” (p. 60). Em relação à quantidade de comentários, foram publicados ao longo das 10 notícias, 163 comentários. Apesar do número parecer bastante expressivo em um contexto geral, levando em consideração a quantidade de notícias, ao observar com mais cuidado, é possível perceber uma desproporção na quantidade de comentários em duas notícias. As matérias “Transexual ganha na Justiça direito de retirar os seios por plano de saúde” e “Agora posso viver como qualquer pessoa’, diz trans após conseguir mudar de nome” receberam 66 e 63 comentários, respectivamente. É importante destacar que ambas as notícias tratam sobre a questão da conquista de direitos por parte da população T e ao colocar em análise o enfoque da notícia e a quantidade de comentários, observa-se que notícias que abordam a promoção de direitos humanos, principalmente tendo relação à população LGBT geram mais reações por parte das pessoas, pois “é normal da sociedade heteronormativa em que vivemos inferir que a conquista de direitos por parte da comunidade LGBT, vá interferir nos direitos já garantidos à eles” (Miskolci & Campana, 2017, p. 725). Ainda de acordo com os autores, as demandas referentes aos direitos humanos são interpretadas pelos empreendedores morais como ameaças à sociedade, o que conseqüentemente gera uma espécie de pânico moral e um campo discursivo da ação (p. 725).

Todavia só é possível compreender a maior interatividade nessas notícias a partir da análise dos comentários e daquilo que eles expressam, para isso, faz-se necessário o uso da metodologia de análise de sentimento, também conhecida como mineração de dados.

### **Análise de sentimento e sociabilidades digitais**

Para analisar as sociabilidades digitais, mensurar a reação das pessoas diante das notícias no G1 Tocantins e analisar o processo de interatividade no webjornalismo,

submetemos os comentários dos leitores aos conceitos da análise de polaridade de opiniões extraídos da análise de sentimento.

A análise de sentimento tem seu foco na identificação das expressões contidas na mensagem e se elas indicam um parecer positivo (favorável) ou negativo (desfavorável) para o assunto (Pang & Lee, 2008). Ao lidar com essa identificação de polaridade é possível determinar se um texto “é objetivo ou subjetivo, e se um texto subjetivo contém sentimentos positivos ou negativos, em vez de emoções distintas, como alegria e tristeza, por exemplo” (Oliveira, 2015 apud Pang & Lee, 2012).

Além de considerar as polaridades positivas e negativas, será considerada também a neutra, proposta por Kontopoulos e Mostafa (2012).

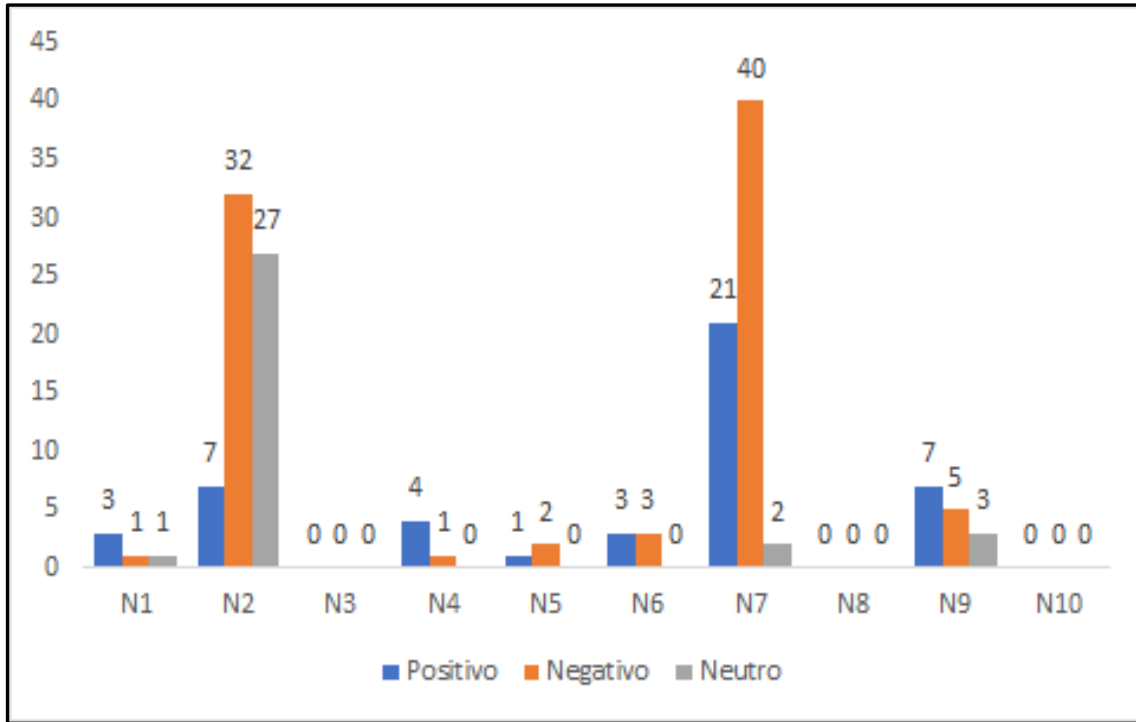
**POSITIVA:** quando o comentário causa indignação, traz esclarecimentos, defesa ou combate aos comentários negativos, ou ainda apontamentos sobre posturas éticas corretas em relação à abordagem do tema;

**NEGATIVA:** quando o comentário traz palavras de ódio, palavrões ou xingamentos, demonstração de preconceito, uso de ironia, chacota ou desrespeito em relação à comunidade LGBT;

**NEUTRA:** quando não há uma definição clara sobre sua polaridade (negativa ou positiva).

Após classificação de polaridade de cada comentário, pode-se observar a predominância de sentimentos negativos relacionados às notícias envolvendo a comunidade LGBT, conforme demonstrado no Gráfico 1.

**Gráfico 1** Análise de sentimento baseada na polaridade dos comentários coletados em notícias envolvendo a comunidade LGBT no G1 Tocantins durante o ano de 2017.

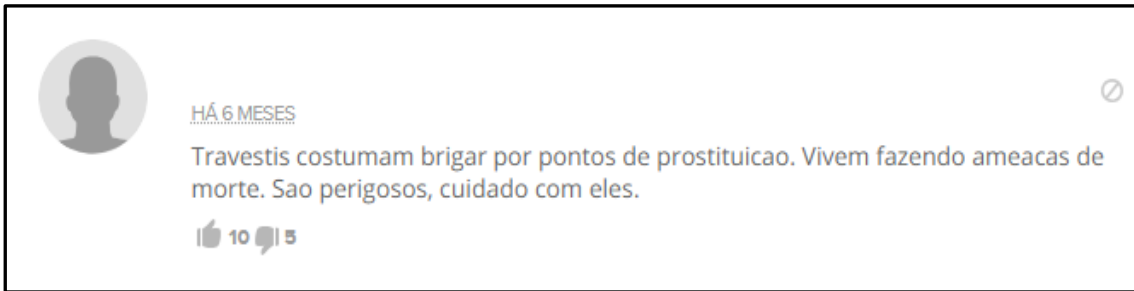


**Nota:** dados trabalhados pelos autores.

Dos 163 comentários analisados, 84 foram considerados de polaridade negativa pois de alguma forma atentam contra a liberdade e respeito à essa população. A quantidade chama a atenção pois evidencia a realidade da população LGBT no Brasil. Em alguns comentários é possível identificar a reprodução de estereótipos acerca da imagem dos LGBTs.

A sociabilidade digital possibilita a reconfiguração das relações e também a reinvenção dos indivíduos, que muitas vezes sob a proteção do anonimato, alinham-se a posicionamentos e expressões radicais que raramente seriam externados ou aceitos na realidade. Mesmo em situações que não denotam uma organização coletiva ou mesmo intencionalidade, a agência humana expressa nos comentários de polaridade negativa aliados às notícias webjornalísticas de abordagem equivocada, consolida-se como uma agencialidade digital perpetuadora de estereótipos e preconceitos contra as minorias LGBTs.

Figura 1 Comentário que reforça o estereótipo construído no imaginário popular sobre as travestis. (N9)



A estereotipização traz consigo a generalização, evidenciando padrões equivocados e simplistas. “Duas ou três características mais marcantes acabam por representar todos os indivíduos de um mesmo sexo, etnia, origem, profissão, classe social, etc” (Moroni & Oliveira, 2008, p. 3). Essa associação do problema ao grupo minoritário pode ser resultado da frequente publicação de notícias envolvendo tragédias com essa população.

**Tabela 2** Porcentagem de comentários nas notícias organizados por polaridade.

Notícia	Polaridade Positiva	Polaridade Negativa	Polaridade Neutra
“Suspeitos de agredir travesti com pauladas são identificados pela polícia”	60%	20%	20%
“Transexual ganha na Justiça direito de retirar os seios por plano de saúde”	11%	48%	41%
“Polícia investiga morte de travesti espancada em Araguaína”	0%	0%	0%
“Funcionário chamado de ‘gayzinho’ por chefe ganha indenização por danos morais”	80%	20%	0%
“Semana da Diversidade Sexual terá Parada Gay e show com a banda Babado Novo”	33%	67%	0%
“Com show de Babado Novo, parada Gay movimentou praia da Graciosa em Palmas”	50%	50%	0%
‘Agora posso viver como qualquer pessoa’, diz trans após conseguir mudar de nome	34%	64%	2%
“Travesti é morta a tiros em avenida no sul do estado”	0%	0%	0%
“Vídeo mostra momento em que travesti é assassinada com quatro tiros”	47%	34%	19%

"Travesti é assassinada a tiros no sul do Tocantins"	0%	0%	0%
--	----	----	----

**Nota:** dados trabalhados pelos autores.

Apesar da maioria negativa, 46 comentários foram classificados com polaridade positiva. Dentro deste grupo é possível perceber que a maior parte desses comentários tiveram o intuito de promover esclarecimentos e também mensagens de apoio aos indivíduos.

O número de comentários considerados de polaridade neutra, 33, é expressivo se levarmos em consideração que 20% do total de comentários deixados nas notícias não são claros quanto a sua mensagem. É importante mencionar que 3 das 10 notícias não receberam nenhum comentário. Apesar de as três tratarem sobre a morte de membros da população T, o fato de não terem sido comentadas pode ser interpretado como desinteresse do leitor pelo assunto.

### Considerações finais

O presente artigo foi produzido com o objetivo de analisar como as notícias sobre a comunidade LGBT são produzidas e veiculadas no portal G1 Tocantins e verificar se os sentimentos expressados nos comentários da notícia são reflexo da forma como a narrativa da mesma foi construída e trazida à público, partindo da ideia de que o jornalismo, considerado como quarto poder, é influenciador da cultura de um país e tem papel fundamental na atribuição de significados, portanto é fundamental que as publicações sejam limpas de sexismo, racismo, homofobia e transfobia, por exemplo.

O trabalho evidencia situações de despreparo dos jornalistas locais que muitas vezes constroem narrativas sobre a comunidade LGBT sem reforçar a ordem de gênero e qual modelo de sexualidade é legitimado socialmente. Apesar da existência de um manual criado para guiar os profissionais diante de situações que envolvam esse grupo minoritário, erros ainda são percebidos nas matérias. O descaso no tratamento das notícias relacionadas à comunidade LGBT pode promover o fortalecimento de sociabilidades digitais conflituosas, a propagação de preconceitos e o enfraquecimento das capacidades de agência e mobilização política dos grupos minoritários.

Nas notícias é possível perceber erros que vão desde o simples uso do termo "gay" que reduz toda a diversidade sexual a uma identidade hegemônica, a homossexual, a erros que desrespeitam a identidade de gênero dos personagens. É

comum mulheres trans serem tratadas como homens e serem chamadas pelo pronome “ele”, como os homens trans serem tratadas como mulheres e chamadas pelo pronome “ela”, assim como é comum também as matérias trazerem o nome de registro da pessoa, que não condiz com o gênero atual, desrespeitando o seu direito de uso de nome social. A recepção dessa conotação preconceituosa por parte dos leitores é o resultado da utilização destes termos errôneos que só contribuem para fortalecer a questão inadequada de categorização aos homossexuais, incluindo os transgêneros.

A partir da análise dos comentários constatou-se que a apuração precária e o enquadramento equivocado na cobertura das notícias colaboram com a desinformação. Exemplos disso são vistos em comentários que expressam que a forma como a narrativa foi construída deixou o leitor confuso em relação ao gênero do personagem. Isso é reflexo do preconceito e da discriminação com a população LGBT, que apesar de as discussões estarem sendo fortalecidas cada vez mais na sociedade, ainda é pouco debatido dentro do jornalismo. Mesmo que a compreensão em relação aos trans seja difícil, se não houver uma mudança na maneira de como a comunicação é feita, os leitores não serão informados de que maneira essas pessoas preferem ser identificadas. Nesse contexto, se faz necessário ampliar a discussão para o tema e evidenciar espaços que venham a contribuir por um tratamento diferenciado e mais humanizado da comunidade LGBT nas notícias.

Constatou-se também que o principal critério de noticiabilidade para a publicações de notícias envolvendo a comunidade LGBT é a violência ou eventos promovidos por essas pessoas. A orientação sexual ou identidade de gênero vem à frente de qualquer outra informação. A imprensa muitas vezes acaba reforçando e contribuindo com uma imagem negativa. Por exemplo, o jornal não estampa: mulher é assassinada a tiros no sul do Tocantins. No caso da transexual, seria: travesti é assassinada a tiros no sul do Tocantins. Ao evidenciar esse ponto, o jornalismo abre espaço para o público associar o problema ao grupo minoritário e com o advento da interatividade é possível perceber – através de comentários, repercussões e outras sociabilidades digitais - os reflexos negativos dessa associação. Dessa forma, a imprensa, mesmo que de forma não proposital, acaba colaborando com a reprodução e perpetuação de preconceitos e estereótipos acerca dessa população.

É possível perceber comentários em que a imagem negativa é construída no imaginário coletivo sobre a população T é reforçada. As consequências da perpetuação dessa imagem negativa são refletidas em vários setores da sociedade, como no mercado de trabalho. Louro (2001, p. 551), relata que esse espaço está cada vez mais

marcado pela exclusão, no que diz respeito a inclusão de pessoas LGBTQs, e que se acentua consideravelmente quando se trata de transgêneros, tendo em vista estas trazerem as “marcas do corpo” que tanto incomodam a sociedade pautada pela normatização e padrões definidos como aceitáveis. A exclusão de pessoas que compõem esse segmento do mercado de trabalho faz com que esse grupo acabe tendo como única forma de sobrevivência a prostituição de rua. Uma estimativa feita pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), com base em dados colhidos nas diversas regionais da entidade, aponta que 90% das pessoas trans recorrem a essa profissão ao menos em algum momento da vida.

Para Gonçalves (2017) o jornalista deve considerar estratégias de reconhecimento, de solidariedade e de diálogo, a partir disso há mais chance dessa reportagem ter mais sensibilidade e uma aproximação da realidade desse “outro” - no caso, alguém que a sociedade julga como fora do espectro legítimo de sexualidade e gênero.

A análise de sentimento permitiu concluir que a maioria dos sentimentos expressados nos comentários das notícias são de polaridade negativa. O número expressivo chama a atenção pois evidencia a realidade vivenciada por pessoas pertencentes a essa comunidade no país. É importante mencionar que o jornalista responsável pela matéria é encarregado de censurar aqueles que tiverem palavrões ou mensagens preconceituosas.

A cultura do preconceito contra as minorias LGBTQs é fortalecida pela agência dos veículos de comunicação quando, na redação de suas webnotícias, ignoram os manuais de mídia LGBTQ usando termos problemáticos e incentivando a valorização de perspectivas estereotipadas. Os reflexos diretos desta agencialidade são perceptíveis através da expressiva polarização negativa demonstrada nas interações e sociabilidades digitais mediadas por estes conteúdos webjornalísticos.

Nesse sentido, é possível crer na possibilidade de os meios de comunicação serem um instrumento que auxilia na construção de sentidos, muitas vezes negativos, acerca da comunidade LGBTQ. Com isso, faz-se necessária a compreensão e discussão acerca do jornalismo ainda ser um espaço de reprodução de formas de dominação social, estereótipos e responsável pela manutenção do padrão hegemônico.

## Referências

Acevedo, C. R., Nohara, J., & Ramuski, C. L. (2008). Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro. *Rev. Psicologia & Política*, São Paulo, v. 10, nº 19, 57-73.



Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519549X20100010100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X20100010100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 14/06/ 2020.

Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Braga, A. (2011). Sociabilidades digitais e a reconfiguração das relações sociais.

Disponível em: <<http://desigualdadeiversidade.soc.puc-rio.br/media/09%20DeD%20%20n.%209%20-%20artigo%204%20-%20ADRIANA.pdf>>. Acesso em: 09/10/2020.

Burnett, L. (1991). A língua envergonhada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Canavilhas, J. M. (2001). Webjornalismo - Considerações gerais sobre jornalismo na

web. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Disponível em:

<<http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=602>>. Acesso em: 09/04/2018.

Edgar, A., & Sedgwick, P. (2003). Teoria cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. São Paulo: Contexto.

Freire Filho, J. (2004). Mídia, estereótipos e representação das minorias. In: Revista ECO-PÓS, vol. 7, n. 2, agosto-dezembro, 45-71.

Giddens, A. (1984). A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 458.

Gonçalves, G. O. (2017). Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-07112017-152204/>>. Acesso em: 04/05/2018.

Hall, S. et al. (1999). A produção social das notícias: O 'Mugging' nos Media. In:

Traquina, N. (Org.). Jornalismo: questões, teorias e "estórias". 2ª ed. Lisboa: Vega, 224-248.

Long, P., & Oleg, J. P. (2011). Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: Schneider, S., & Gazolla, M. (orgs.). Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 21-48.

Lopes, H. V. (2017). Narrativas transexuais na mídia: uma análise sobre representação da população T nos portais de notícias tocantinenses. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal do Tocantins, Tocantins.

- Louro, G. L. (2003) *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Martins, A. R. N. (2006). *Imprensa, minorias e análise do discurso – um espaço de construção da democracia*. *Cadernos de linguagem e sociedade*, 8.
- Miskolci, R., & Campana, M. (2017). "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Soc. estado.*, Brasília, v. 32, n. 3, 725-748, Dez. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922017000300725&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000300725&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14/05/2018.
- Moura, I., & Melo, P. V. (2014). *Guia Mídia e Direitos Humanos*. São Paulo: Intervezes. Disponível em: <<https://intervezes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Guia-Midia-e-Direitos-Humanos-menor.pdf>>. Acesso em 10/10/2020.
- Oliveira, D. J. S. (2015). *Avaliação do método de análise de sentimento em mídias sociais aplicado na Gestão Social e política*. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal de Lavras, Lavras. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/5253>> Acesso em: 24/04/2018
- Palacin, L., & Moraes, M. A. S. (1989). *História de Goiás*. 5ª ed. Goiânia: Ed. da UCG.
- Pang, B., & Lee, L. (2008). *Opinion Mining and Sentiment Analysis*. *Foundations and Trends in Information Retrieval*. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/215470760\\_Opinion\\_Mining\\_and\\_Sentiment\\_Analysis](https://www.researchgate.net/publication/215470760_Opinion_Mining_and_Sentiment_Analysis)> Acesso em: 24/04/18
- Peruzzo, C. M. K. (2005). *Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências*. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, 67-84.
- Reis, T., org. (2018). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino. Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>> Acesso em: 09/10/2020.
- Rocha, L. V. (2017). *A mídia regional na era on-line: mapeamento dos sites e blogs jornalísticos no Estado do Tocantins*. Artigo (Curso de Jornalismo) – Universidade Federal do Tocantins, Tocantins. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/319458230\\_A\\_midia\\_regional\\_na\\_era\\_on-line\\_mapeamento\\_dos\\_sites\\_e\\_blogs\\_jornalisticos\\_no\\_Estado\\_do\\_Tocantins\\_1](https://www.researchgate.net/publication/319458230_A_midia_regional_na_era_on-line_mapeamento_dos_sites_e_blogs_jornalisticos_no_Estado_do_Tocantins_1)> Acesso em: 05/04/2018.

Rocha, L. V., & Souza, S. M. B. (2016). Mídia regional: mapeamento dos veículos de comunicação no Estado do Tocantins. Artigo (Curso de Jornalismo) – Universidade Federal do Tocantins, Tocantins. Disponível em: <  
<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0410-1.pdf>>  
Acesso em: 04/05/2018.

Simmel, G. (1983). Sociologia. Em: MORAES FILHO, Evaristo (org). São Paulo: Atica.

Sodré, M. (2005). Por um conceito de minoria. Disponível em  
<http://pt.scribd.com/doc/59696720/SODRE-Muniz-Por-Um-Conceito-de-Minori>>.  
Acesso em: 10/01/2018.

Traquina, N. (2001). O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.

Wolf, M. (2003). Teorias de Comunicação de Massa. São Paulo: Martins Fontes.

**ABSTRACT:**

This article analyzes the journalistic production of news that addresses themes involving the LGBT population (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals). Portal G1 Tocantins was chosen to be the object of study of this work collecting news from the year 2017, considered the year with more deaths of LGBT people compared to the last three years. After submitting the corpus to content analysis and sentiment analysis, the results indicate that the media can assist in the construction of meanings, often negative, about the LGBT community and that there is still a lot to be done in the problematization before the different forms of discrimination and oppression of the LGBT community.

**KEYWORDS:** Webjournalism; LGBT; Media.

**RESUMEN:**

El trabajo analiza la producción periodística de noticias que abordan temas relacionados con la población LGBT (lesbianas, gays, bisexuales, travestis y transexuales). Portal G1 Tocantins fue elegido para ser el objeto de estudio de este trabajo recolectando noticias del año 2017, considerado el año con más muertes de personas LGBT en comparación con los últimos tres años. Después de enviar el corpus al análisis de contenido y al análisis de sentimientos, los resultados indican que los medios pueden ayudar en la construcción de significados, a menudo negativos, sobre la comunidad LGBT y que aún queda mucho por hacer en la problematización ante las diferentes formas de discriminación, y opresión de la comunidad LGBT.

**PALABRAS-CLAVES:** Periodismo web; LGBT; Medios de comunicación.